

A POLÍTICA ECONÔMICA NOS ANOS 1930: EVIDÊNCIAS DE UMA HETERODOXIA CONSCIENTE

Marcio Alvarenga Junior¹

Fernando Augusto Mansor de Mattos²

RESUMO:

O presente trabalho tem por finalidade discutir alguns aspectos da política anticíclica para a superação da crise de 1929, incluindo as escolhas técnicas em resposta à depressão econômica, o caráter político ideológico das medidas utilizadas e, por fim, a própria intencionalidade na condução destas políticas como transformadoras da ordem econômica, revelando como tais políticas passaram a dialogar com novas vias de desenvolvimento na época. A partir do uso e análise de dados oficiais disponibilizados pelo IPEADATA e pelo “Anuário Estatístico do Brasil de 1939/40” publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os autores calcularam o multiplicador monetário da época, cujos valores – pela primeira vez apresentados na literatura – parecem reforçar a hipótese sustentada por este artigo, de que a condução da política econômica foi feita de forma heterodoxa e intencional, tendo o Governo e, principalmente, Vargas, consciência do papel destas medidas tanto para superação da crise, como para consolidação dos novos pactos políticos que se estabeleceram no bojo do poder a partir da Revolução de 1930.

ABSTRACT:

This paper aims to discuss some aspects of countercyclical macroeconomic policy to overcome the Great Depression, including the technical choices in response to the crisis, the political and ideological orientation behind the set of macroeconomic policies implemented during the 1930's years, and finally, the intentionality on handling these policies in order to remodeling the Brazilian economic structure, revealing how these policies were related to new modes of development at that time. Using official data, provided by IPEADATA and “*Anuário Estatístico do Brasil de 1939/40*” – published by Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) – the authors calculated the money multiplier, which values – for the first time presented to the literature – seems to reinforce the hypotheses held by this article, which states that the set of policies – specially the credit one – implemented in the 1930s years was intentionally designed in a heterodox way not only to bail out the economy, but also to support the political pacts signed during the 1930 revolution.

Palavras-chave: ortodoxia e heterodoxia; indústria brasileira nos anos 30; Revolução de 1930 no Brasil; intencionalidade da política econômica; Política Creditícia.

Key-words: Orthodoxy and Heterodoxy during Vargas' presidential term; Brazilian Industry, Revolution of 1930 in Brazil; Intentionality of Economic Policy; Credit Policy.

JEL: N16; O14.

ÁREA TEMÁTICA 2.3: ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

INTRODUÇÃO

Os anos 1920 representaram o período de mais intenso crescimento econômico da República Velha³. Esse crescimento, embora bastante heterogeneamente distribuído ao longo da

1 Economista pela UFRJ e mestrando no programa de pós-graduação em Economia da UFF.

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia e da Faculdade de Economia da UFF.

década⁴, foi liderado basicamente pela expansão das atividades industriais no país (Fausto, 2006). Em boa medida, os momentos de êxito do crescimento do PIB e da atividade industrial coincidiram com os programas mais exitosos de valorização do café – os quais, por sua vez, tiveram seu sucesso viabilizado especialmente em momentos de expansão da liquidez do sistema financeiro internacional (Franco e Lago, 2012). Não foram, porém, pouco conflituosos esses programas de defesa do café, rebatendo em conflitos federativos que acabaram exacerbando rivalidades regionais e setoriais no período, situação que teria desdobramentos ainda durante a década de 1930 (Fausto, 2006). Não por acaso, as disputas eleitorais dos anos 1920 foram marcados por resultados muito mais acirrados do que os apresentados nos primeiros trinta anos da República Velha. (Fausto, 2006).

Esse acirramento dos conflitos federativos representou uma face da elevada concentração regional que marcou o crescimento industrial do período⁵, e decorria também do fato de que o café representava parcela amplamente majoritária na pauta exportadora brasileira, em contexto também de elevada participação do país na oferta mundial do café. Tal situação, se, por um lado, justificava⁶ uma política específica para a sustentação do preço do café, por outro lado insulava os produtores de outros produtos agrícolas a também demandarem do governo federal um tratamento especial, gerando, assim, recorrentes conflitos federativos (Fausto, 2006).

A expansão industrial promoveu importantes mudanças na ordem econômica e social, sendo a urbanização um aspecto importante dessas transformações. Foi neste contexto em que se deu o robustecimento de diversos segmentos que a literatura denomina genericamente de classes médias, como os militares e os cada vez mais numerosos profissionais do setor privado (e também os do setor público), que passaram a clamar por maior participação política e social. No mesmo sentido, também a burguesia industrial passou a exigir maior participação na definição das regras de política econômica e de decisões acerca do direcionamento dos gastos públicos. O surgimento (e/ou expansão) dessas novas classes sociais, ao lado da crescente rebelião das oligarquias agrárias regionais⁷, explica o novo arco de alianças políticas que, em novembro de 1930, levaria ao poder

3Ver: Fritsch (1990).

4 Ver: Suzigan (1975).

5 Sobre os condicionantes e características desse processo de desenvolvimento industrial fortemente concentrado regionalmente, ver o clássico trabalho de Cano (1975).

6 E também a permitia, exatamente pelo fato de que o Brasil detinha cerca de 65% a 70% do total da produção mundial do produto, podendo, assim, manipular seu preço internacional através de políticas de retenção de estoques. Sobre esse mecanismo, ver, além do clássico trabalho de Furtado (1959), também Delfim Netto (2009) e Fritsch (1990).

7 Um detalhe que merece registro é que nem todas as atividades agropecuárias eram destinadas à exportação, dependendo mais do aquecimento do mercado interno do que da demanda externa, como por exemplo é o caso do charque e do mate gaúcho e da produção pecuária nordestina, entre outros produtos. Isso explica porque as oligarquias regionais apoiavam uma política econômica voltada para a sustentação da renda interna da economia brasileira. Na mesma esteira, é interessante destacar que a parcela da elite paulista que desde sempre esteve em oposição a Getúlio Vargas foi a elite cafeeira; a burguesia industrial paulista, em parte, esteve sempre ao lado de Vargas e outra parcela aderiu depois. Cf. Cano (1975).

Getúlio Dornelles Vargas e sua Aliança Liberal. A Revolução de 1930, portanto, representou uma nova era, em que a condução da política econômica não mais poderia contemplar apenas os interesses da burguesia cafeeira, liderança incontestada de uma economia primário-exportadora (Fausto, 1997). Após 1930, tanto por causa da mudança do cenário externo, como por causa das alterações que a diversificação produtiva em curso pelo menos meados dos anos 1920 havia causado no cenário de forças políticas e sociais internas, a política econômica passaria a contemplar, primordialmente, o objetivo de sustentação e depois de recuperação do mercado interno da economia brasileira, numa mudança que Furtado resumiu muito adequadamente na expressão “deslocamento do centro dinâmico” com a qual batizou o capítulo 32 de sua obra FEB.

As teses de Furtado sobre a precoce recuperação da economia brasileira da crise dos anos 1930, e sobre como o conjunto destas políticas serviram para reorientar a estrutura produtiva brasileira suscitaram intenso debate dando origem a inúmeros trabalhos, com especial ênfase para Pelaez (1971), Fishlow (1972), Silber (1977), Franco (1985) e Abreu (1990), dentre outros. É justamente buscando agregar esse rico debate, e fornecendo novos dados, que este artigo se insere.

A maior contribuição deste artigo ao tema é a apresentação de dados referentes aos agregados monetários, disponibilizados pelo IPEADATA e pelo *Anuário Estatístico do Brasil* de 1939/40 publicado pelo IBGE, que permitiram aos autores o cálculo inédito do multiplicador monetário na década, cujos valores sugerem que a condução da política creditícia doméstica seguiu uma trajetória condizente com os interesses de superação da crise econômica e financeira do início da década de 1930 e com a necessidade de consolidação de novos pactos políticos firmados com classes e setores da sociedade que se encontravam à margem da estrutura de poder até a ocasião da ascensão de Getúlio Dornelles Vargas à Presidência da República.

Para tal, a estrutura deste artigo encontra-se dividida em três seções, além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção, será apresentado o debate sobre os determinantes para a superação precoce da crise econômica no caso brasileiro. Na segunda seção, será feita uma distinção entre o modelo de ajuste a crises de liquidez do sistema financeiro internacional antes e após a Revolução de 1930, ressaltando o caráter pro-cíclico dos ajustes sob a tutela do padrão ouro e o caráter anticíclico praticado pelo governo Vargas. A terceira e última seção buscará fornecer evidências de que o conjunto de políticas implementadas por Vargas em resposta à crise seguiu uma orientação conscientemente heterodoxa, com ênfase para a análise dos dados econômicos e das instituições criadas no governo de Getúlio Vargas.

Ante a criação de um forte aparato institucional em favor da reorientação da estrutura produtiva, além da prática de financiamento de déficits públicos (em sua grande maioria planejados) via emissão monetária, e ainda através do uso claramente anticíclico da política

creditícia, o presente trabalho conclui, com base em dados inéditos calculados pelos autores a partir de fontes oficiais, que a política macroeconômica na década de 1930 foi conduzida de forma conscientemente heterodoxa. Enquanto o termo “heterodoxo” remete o leitor a uma ideia de uso anticíclico da política macroeconômica – como o próprio Furtado defende, em linhas “Pré-Keynesianas” –, busca-se passar com o termo “consciência” a ideia de que as alterações na estrutura econômica (em favor da industrialização, naturalmente) estavam devidamente contabilizadas no cálculo político dos governantes que ascenderam ao poder com a Revolução de 1930.

1. O DEBATE SOBRE A REORIENTAÇÃO DO RECEITUÁRIO DE POLÍTICA ECONÔMICA DIANTE DA CRISE DE 1930

A tese seminal de Furtado (1959) sustenta que a recuperação precoce da economia brasileira na década de 1930 deveu-se aos impactos sistêmicos não previstos do gasto da política de defesa do setor cafeeiro sobre a demanda agregada. Nesse sentido, a desvalorização cambial ocorrida inicialmente⁸ como decorrência da vultosa fuga de capitais deflagrada pela crise internacional⁹, bem como o posterior controle de importações – ambos em função do crítico cenário de restrição externa que se inaugurou com a crise de 1929 – acabaram revelando-se funcionais para redirecionar o centro dinâmico da economia do país para o mercado interno. Nesse contexto, a dramática redução na capacidade de importar – que, segundo Abreu (1990), reduziu-se em 40% entre 1928 e 1932 – represava a demanda agregada nos limites do mercado doméstico, de modo que uma série de produtos que antes eram obtidos via importação passaram a ser substituídos pela produção da indústria brasileira.

Por sua vez, a sustentação da procura agregada em um contexto declinante da capacidade de importar questionava a capacidade da indústria nacional em atender a demanda então represada. De acordo com Furtado (1959) dois fatores foram de vital importância para que a indústria nacional pudesse atender a reorientação da procura agregada: a existência de capacidade ociosa nas firmas no início da década de 1930 e a possibilidade de aquisição de máquinas e equipamentos a preços muito baixos em função da onda de falências no exterior. Nesse período, são emblemáticos os casos, respectivamente, das indústrias de ferro, aço e cimento, que viram sua

8 Posteriormente, a política econômica adotada, ao invés de tentar fazer uma política de contenção de gastos públicos (de caráter ortodoxo, portanto), na tentativa de manter a paridade cambial mesmo diante de crises externas, como foi feito em tantos momentos anteriores ao longo do período republicano e também nas últimas décadas do período monárquico (o padrão ouro-libra foi adotado em 1846, no Brasil), o governo revolucionário de Vargas optou por adotar uma política creditícia expansionista, que acabou sancionando a desvalorização cambial que já se encontrava em curso desde pelo menos o final de 1929.

9 A fuga de capitais também foi viabilizada pelo fato de a conta de capitais ser aberta - parte integrante do mecanismo de funcionamento do padrão ouro-libra.

produção aumentar em 60 por cento entre 1929 e 1932, em virtude do aumento da procura por bens de capital. (*Ibid.*, p.199)

Em relação à crise que assolou o setor cafeeiro, Furtado (1959) chamou atenção para o fato de que era também possível encontrar explicações para a ocorrência deste fenômeno no lado da oferta, além dos fatores relacionados à demanda pelo produto. Nesse sentido, o Brasil ao se utilizar de seu poder de monopólio no mercado de café para sustentar, quase por três décadas, o preço do grão em patamares artificialmente elevados gerou uma trajetória de descasamento entre a oferta e demanda por este produto ao longo do tempo, em favor da superprodução. Outros três fatores merecem destaque na tendência a superprodução nesse mercado, a saber: (a) a disponibilidade de mão-de-obra; (b) a disponibilidade de terras subocupadas e (c) a pouca opção para inversões de capital em outros setores. Assim Furtado (1959) sintetizou a crise no setor:

*A grande acumulação de estoques de 1929, a rápida liquidação das reservas metálicas brasileiras e as precárias perspectivas de financiamento das grandes safras previstas para o futuro, aceleraram a queda no preço internacional do café iniciada conjuntamente com a de todos os produtos primários em fins de 1929. Essa queda assumiu proporções catastróficas, pois, de setembro de 1929 a esse mesmo mês de 1931, a baixa foi de 22,5 centavos de dólar por libra para 8 centavos. Dadas as características da procura do café, cujo consumo não baixa durante as depressões nos países de elevadas rendas, essa tremenda redução nos preços teria sido inconcebível sem a situação especial que havia se criado do lado da oferta. Basta ter em conta que o preço médio pago pelo consumidor norte-americano, entre 1929 e 1931, baixou apenas de 47,9 para 32,8 centavos por libra. Acumularam-se, portanto, os efeitos de duas crises: uma do lado da procura e outra do lado da oferta. A situação favoreceu as organizações intermediárias no comércio do café, as quais, percebendo a debilidade da posição da oferta, puderam transferir para os produtores brasileiros grande parte de suas perdas causadas pela crise geral. (*Ibid.*, p.187)*

O autor ainda atenta para o fato de que embora a desvalorização do mil-réis tenha sido antes fruto do contexto externo extremamente adverso, econômica e financeiramente, do que propriamente de uma política deliberadamente desenvolvimentista, seu resultado foi a suavização da queda no preço internacional do café quando contado em moeda doméstica. Em suas palavras: “o valor médio da saca de café exportada declinou de 4,71 libras em 1929, para 1,80 libras em 1932-34, ou seja, uma baixa de 62%. Em moeda nacional a queda foi de 192 para 145 mil-réis, isto é, 25 por cento”. (*Ibid.*, p.187). Deste modo, não foi apenas a queima do estoque de café que serviu para atenuar os efeitos da crise. A própria desvalorização cambial também se ocupou do arrefecimento da queda da renda cafeeira e, conseqüentemente, do nível interno de atividade.

Em relação à parte deliberada das medidas, isto é, a política de defesa do setor cafeeiro, Furtado (1959) chama atenção para o seu caráter essencialmente heterodoxo. É bem verdade que políticas de sustentação da renda cafeeira há muito eram implementadas; deve-se destacar, contudo, tal qual afirma o autor, que seu financiamento anterior à década de 1930 era fundamentalmente baseado na obtenção de empréstimos externos. Com a retração do comércio

mundial, em função da crise econômica, e com estancamento do fluxo de capitais externos, em virtude da desestruturação do sistema financeiro internacional, não era mais possível negociar recursos para financiar a sustentação do preço do café. A partir de 1929, ante a necessidade ainda mais premente - e de maiores dimensões - de continuar mantendo políticas de controle de oferta de café, o Brasil terminou optando por uma solução doméstica: a expansão monetária e creditícia, com papel de destaque para o Banco do Brasil, para financiar os gastos públicos e eventuais déficits que pudessem ocorrer em função da aquisição do café para sua posterior destruição nos tempos de crise. Tais medidas, segundo Furtado, em muito se assemelhavam na prática ao que viria a ser conhecido alguns anos depois como o receituário anticíclico keynesiano. A respeito do caráter distinto entre as políticas de defesa do setor cafeeiro, antes e depois de 1930, Furtado (1959) afirma:

A acumulação de estoques de café realizada antes da crise tinha sua contrapartida em débito contraído no exterior. Não existia, portanto, nenhuma inversão líquida, pois o que se invertia dentro do país, acumulando estoques, se desinvertia no exterior contraindo dívidas. [...] O mesmo não ocorria à acumulação de estoques financiada de dentro do país, se a base deste financiamento era uma expansão de crédito. A compra do café para acumular representava uma criação de renda que se adicionava à renda criada pelos gastos dos consumidores e dos inversionistas. (Ibid. p.194)

Contrariando a tese furtadiana, Peláez (1971) alegou que o apego à ortodoxia por parte do governo provisório foi muito mais forte do que suposto em *Formação Econômica do Brasil*. Para chegar a esta conclusão o autor se utilizou de uma série de discursos dos *policymakers* da época em favor do controle inflacionário e do equilíbrio fiscal, dentre outras medidas do receituário ortodoxo de enfrentamento de crises, além de apontar para o papel de fato exercido pela taxa da exportação de café enquanto mecanismo de financiamento do programa de defesa do mesmo. Em relação à condução da política macroeconômica na década de 1930, analisando o *Anuário Estatístico do Brasil* de 1939/40 publicado pelo IBGE, Peláez (1971) defende a presença de um claro caráter ortodoxo condizente com o discurso das autoridades do governo provisório, salvo em 1932, quando se verificou um elevado déficit por ocasião da Revolução Constitucionalista paulista e dos gastos com a seca no nordeste. No que tange à recuperação da economia brasileira, o autor afirmou que esta se deu em grande medida em função do excepcional resultado do Balanço Comercial, e não pela substituição de importações em curso, que direcionara, segundo Furtado, uma parcela maior da demanda agregada para o mercado interno¹⁰.

10 Em relação ao caráter heterodoxo das políticas macroeconômicas praticadas em resposta a crise, Peláez (1971) afirma que “o crescimento das despesas, financiado por impostos novos, não corresponde à política fiscal Keynesiana” e, ainda, “os créditos do Banco do Brasil e do tesouro nacional não podem ser considerados, estritamente falando, criação de moeda, pois foram pagos com as receitas mensais proveniente das exportações”. (Ibid; p.95).

Após as interpretações de Furtado (1959) e de Peláez (1971), uma série de outros autores passaram a participar do debate, contribuindo para o esclarecimento da natureza das políticas implementadas – seriam estas heterodoxas ou não? - e do real papel desempenhado pela taxaço no financiamento do programa de defesa do café. Em relação a esse segundo aspecto, após a obra de Peláez, existe uma aceitação quase geral de que os impostos foram definitivamente importantes para o financiamento do programa. Há, contudo, uma variância enorme nas obras que se seguiram no que diz respeito ao peso dos impostos como fonte financiadora. Vale dizer que o peso atribuído à taxaço como fonte de recursos tem sido recorrentemente utilizado para rotular o caráter das políticas – enquanto ortodoxas ou não.

Silber (1977), por exemplo, alegou que o peso dos impostos sobre a exportação de café como fonte de recursos para o programa de defesa do setor cafeeiro foi menor do que afirmara Peláez em sua obra. Enquanto Peláez (1971) postula que cerca de 60% do programa de defesa do setor cafeeiro foi financiado via impostos entre maio de 1931 e abril de 1932, tendo este percentual se elevado para cerca de 66% entre abril de 1932 e fevereiro de 1933, Silber afirma que a partir desta data até o final do ano de 1934 não mais do que a metade do que fora gasto com o programa encontrou financiamento na tributação. Na mesma linha de argumentação, Franco (1985) revela que a parte não financiada por impostos no período que vai de 1931 a 1933 transitou entre 3,3% e 5,5% da renda interna, enquanto, a partir de fevereiro deste último ano até dezembro de 1934, tal parte atingiu um valor entre 10% e 20 % da renda nacional. Além disso, dada a inelasticidade preço da demanda por café, Silber argumenta que uma parcela considerável dos impostos foi transferida aos consumidores externos, não representando, portanto, uma taxaço da renda doméstica (FISHLOW, 1972 referenda esta posição de SILBER, 1977). Neste sentido, é possível afirmar que a expansão dos gastos do governo, mesmo que financiada por taxaço, teve um impacto positivo sobre o nível de produto, sobretudo considerando a própria afirmação de Peláez de que os impostos não foram suficientes para financiar por completo o programa de defesa do café, conforme salienta Abreu (1990).

Em relação à condução da política monetária e creditícia, Silber ainda afirma que a mesma está longe de servir a práticas ortodoxas. Analisando uma nova série de dados, o autor atenta para o fato de os meios de pagamento terem crescido continuamente entre 1930-39 – excluindo apenas o ano de 1933 –, chegando no final do período a um valor duas vezes maior do que o valor inicialmente observado. As razões apontadas por Silber para a vertiginosa elevação em M1 vão desde créditos concedidos pelo Banco do Brasil (incluindo a reestruturação de sua carteira de redescontos), a emissões do Tesouro Nacional com o fito de financiar o programa de defesa do setor cafeeiro, até a necessidade de financiar elevados déficits no início da década, que ante a

retração dos recursos orçamentários (haja vista a queda do montante arrecadado em função da queda das importações) valeu-se do recurso à emissão monetária. Em suma, segundo Silber (1977) a política monetária pós-crise teve uma trajetória coerente com a necessidade de expansão dos gastos, sendo comumente utilizada para financiá-la.

De maneira sintética, pode-se argumentar que, de um lado, Furtado apresentou uma tese de ampla aceitação sobre a importância da política de defesa do café enquanto gasto para a sustentação da renda nacional, mas que Peláez também contribuiu para o debate, ao formular uma tese que destaca a importância dos impostos sobre as exportações como um dos meios de financiar tais políticas, muito embora pareça ter se equivocado no peso excessivo que deu a essa forma de taxação, bem como na rotulação do caráter ortodoxo das políticas macroeconômicas reativas à crise – rotulação esta que foi concedida muito em função da análise que fez dos discursos dos executores da época -, e por fim, nas razões que apresentou para a rápida recuperação da economia brasileira ancorada no resultado “excepcional” da balança comercial brasileira¹¹. Neste sentido o autor parece esquecer, ou ao menos fazer pouco caso da reversão da economia mundial, da ruína do padrão ouro – ou seja da retração e desestruturação do comércio internacional e do sistema financeiro global, respectivamente - e de seus efeitos em termos de ampliação do raio de manobra para a execução de uma política econômica mais condizente com a necessidade de recuperação da atividade econômica interna, depois de passados os efeitos mais imediatos e desestruturados promovidos pela deflagração da própria crise.

2 Inconsciência ou Intencionalidade: um breve debate sobre os condicionantes políticos e econômicos da macroeconomia na década de 1930

Outro debate fundado pela principal obra de Furtado diz respeito à existência ou não de intencionalidade por parte dos formuladores e executores políticos na década de 1930 no que tange à reorientação da estrutura produtiva brasileira em favor da indústria. Em *Formação Econômica do Brasil*, Furtado alega que deslocamento do “centro dinâmico” da economia brasileira das exportações de produtos primários para a atividade industrial foi um subproduto da política de defesa do café, não tendo esta respondido a qualquer consciência decisória, mas sim ao pragmatismo dos novos governantes em um contexto profundamente crítico. Isto é, foi a urgência da situação que se colocara à época que determinou uma atuação dos formuladores e executores políticos diferente daquelas recomendadas pela concepção ortodoxa, inexistindo, portanto,

¹¹ Na verdade, a ocorrência de elevado superávit comercial decorreu muito mais de uma retração nas importações do que em suposta expansão das exportações. O cenário externo excepcional explica esse comportamento atípico do comércio exterior do Brasil. Cano (2012) denuncia este erro de Peláez em relação à interpretação sobre os (supostos) efeitos da balança comercial sobre a recuperação econômica do pós-1930 como um erro primário do autor.

qualquer plano, programa, ou desejo onde pudessem ter se ancorado as transformações vividas pela sociedade brasileira na década. Em uma passagem bastante emblemática, Furtado (1980) alegou que:

“Mudado o contexto externo, reduzida brutalmente a capacidade para importar, fechadas as fontes externas de crédito, impôs-se a saída na direção do mercado interno.[...]. A tudo isso correspondeu, nas esferas políticas, a ascensão de novos homens... Mas o fundamental não foi a ruptura dentro da classe dirigente, e sim a modificação fundamental no contexto externo. Foi essa mudança brutal e profunda do contexto externo que canalizou as energias do país em outra direção, desacreditou a ideologia do país ‘essencialmente agrário’, fez com que os novos líderes vissem a realidade de outra forma.[...]. Mas não se imagine que os que chegaram ao poder em 1930 tinham percepção da natureza das mudanças que estavam em curso, ou que dispunham de um projeto para mudar o Brasil. Quando se tratava de formular política comercial, monetária ou fiscal, continuavam a predominar as idéias do passado.[...]. As mudanças foram impostas pelos fatos: as reservas de divisas se evaporaram e o crédito externo desapareceu; os impostos sobre importação, então os mais importantes, declinaram brutalmente; não havia possibilidade de atender ao serviço da dívida externa.[...]. O controle de câmbio não surgiu de uma escolha e sim da necessidade de sobreviver face à brutal baixa da entrada de divisas. Ninguém queimou café por masoquismo e sim para reduzir os imensos gastos de armazenamento e a pressão dos estoques sobre o mercado internacional. Ninguém dirá que José Maria Whitaker, o ministro da Fazenda da época, tinha idéias econômicas diferentes de Murtinho, como não demonstrara tê-las Getúlio Vargas quando ocupara a pasta da Fazenda no governo Washington Luís.[...]. Anos depois tive com Oswaldo Aranha uma conversa sobre esses acontecimentos e ele me observou: ‘Celso, você me explicou o sentido do que fizemos nessa época; então eu não sabia de nada’... Nada disso foi feito a partir de um projeto; foram antes atos de desespero. Ninguém pensou que isso pudesse ser uma forma de sustentar o mercado interno de produtos manufaturados; entretanto esse foi o resultado” (Ibid, pp. 713–717).

Nota-se pelo trecho acima que Furtado não apenas entendia as transformações da estrutura produtiva brasileira como impensadas pelos novos governantes, como enxergava neste grupo um forte apego à ortodoxia econômica¹². No caso, a intencionalidade relacionar-se-ia puramente à necessidade de se defender o setor cafeeiro, tendo sido o programa implementado pelo governo em razão seja da urgência imposta pelo cenário de crise externa, que impactou adversamente o balanço de pagamentos e a arrecadação tributária, em no contexto interno, buscando-se cooptar o apoio político da oligarquia cafeeira.

A importância de se identificar a consciência decisória nas ações nos expoentes do governo provisório e, posteriormente, tanto no Governo Constitucional de 1934-1937 quanto durante o Estado Novo, não se esconde por de trás de meras idiossincrasias ideológicas, mas se relaciona à

¹² Neste sentido – e só neste – a obra de Pelaéz (1971) concorda com Furtado. Pelaéz (1971) postula que os novos governantes que assumiram o poder em 1930 tinham da política econômica uma concepção ortodoxa. Desta forma, tanto Pelaéz quanto Furtado sustentam a ideia de que a reconversão produtiva e a diversificação da estrutura industrial que se seguiu à política econômica adotada para o enfrentamento mais imediato da crise (e aquela, de modo geral, que foi adotada ao longo dos anos 1930) não foi intencional. Neste depoimento de 1980, Furtado deixa mais explícita sua ideia de não-intencionalidade industrializante da política econômica que ele já havia defendido em FEB. Estudos como, por exemplo, os de Fishlow (1972), Franco (1985) e Silber (1977) se dedicaram a discutir a política econômica dos anos 1930 e se ativeram especialmente a aspectos específicos da mesma, como a política fiscal, a monetária e a cambial. Por outro lado, estudos como os de Draibe (2004) e Fonseca (1986 e, especialmente, 2003), por exemplo, preferiam destacar mudanças institucionais e, no caso de Fonseca, atributos da formação intelectual e política de Vargas que revelam novas formas de atuação do Estado na economia, desta forma postulando em favor da existência de uma consciência decisória no primeiro governo Vargas em prol da industrialização. De certa forma, quase todos os artigos reunidos em Bastos e Fonseca (2011) também se debruçaram na defesa da ideia segundo a qual as medidas tomadas pela política econômica do pós-1930 foram conscientemente devotadas à promoção da industrialização.

possibilidade de se afirmar que os governantes conheciam ex-ante, pelo menos em parte, os efeitos redistributivos de suas políticas, sendo possível, portanto, identificar novos compromissos firmados, pactos e condicionantes políticos nos cálculos do governo. Quando se parte das hipóteses da não intencionalidade e da colateralidade das alterações ocorridas na economia brasileira, acaba-se por assumir implicitamente o que defendeu Celso Furtado: que o aspecto *“fundamental não foi a ruptura dentro da classe dirigente”*. Mais do que isso, se as mudanças não partem da consciência decisória do governo, torna-se natural supor que os pactos que sustentam politicamente o governo permaneceram inalterados, bem como as *“as relações entre classes e frações de classes e entre Estado e economia”*. (BASTOS, 2008). A incompatibilidade da tese da não intencionalidade com os fatos históricos, diante da Revolução de 1930, tende a gerar dentro da obra de Furtado uma série de incoerências *“ao tentar explicitar a que segmentos sociais o governo mais se aproximava ou nele se fazia representar”*. (FONSECA, 2003, p. 139). Para ilustrar, podemos citar as palavras de Furtado (1964), em que afirma que a Revolução de 1930 terminou *“afastando os grupos mais diretamente ligados à economia de exportação”*, para posteriormente defender que após a Revolução *“as classes que dirigem o país são, no essencial, as mesmas do período anterior”*. (p.113).

Com o fito de tornar mais evidente a profunda alteração na orientação política e econômica do governo que se instalara pós-crise de 1929, faz-se necessária uma breve digressão a respeito da inserção internacional do Brasil sob a tutela do padrão ouro-libra, bem como do modelo de superação de crises adotado pelos governos brasileiros até a ocasião da “Grande Depressão”, identificando as políticas macroeconômicas comumente utilizadas e as classes que se favoreciam e também as que saíam prejudicadas com os sucessivos ajustes externos – tarefa a ser empreendida na próxima subseção. Uma vez superada esta etapa, espera-se que a diferenciação entre as práticas políticas da primeira república e aquelas trazidas a cabo por Vargas se torne mais clara, para de imediato tornar mais fácil a identificação das classes cujos interesses passaram a ser deliberadamente contempladas nos discursos e práticas do novo governo.

2.1 Do antigo ao novo modelo de ajuste a crises: o embate entre a ortodoxia importada e a heterodoxia prática

Tal qual ressalta Bastos (2008), o padrão ouro-libra constituiu um *“ pilar central da criação de um sistema centro-periferia articulado em torno à economia britânica...”* (pp. 189). É fundamental entender que este regime monetário internacional dividiu o mundo entre países exportadores de produtos primários e tomadores de empréstimos e países credores industrializados, tendo sido reservado à economia britânica o papel de emissora da moeda

internacional. Enquanto o padrão ouro-libra tendia a aumentar o fluxo de comércio e de capitais internacional – primeiro por possibilitar a denominação do valor dos ativos e passivos em equivalentes monetários comuns (ouro e libra), posteriormente em função da estabilidade do valor dos ativos e da redução da incerteza em virtude do compromisso com taxas de câmbio fixas – sua sustentação em países periféricos, mesmo em momentos de expansão do fluxo de comércio e capitais internacional, era potencialmente crítica e invariavelmente assimétrica. Isto porque havia no padrão ouro-libra um enganoso e efêmero sentimento de equilíbrio externo curto-prazista na periferia nos ciclos de expansão mundial, dado tanto pelo próprio descasamento do balanço comercial - haja vista a sujeição da periferia em importar produtos com maior valor agregado do que aqueles que figuravam em sua pauta de exportações, ou, ainda, pela maior elasticidade renda das importações dos países subdesenvolvidos em relação aos países industriais nas transações comerciais entre centro e periferia – ou por fim, pelos efeitos dinâmicos sobre as Transações Correntes da contratação de novas dívidas via Conta de Capitais.

Ainda que países como o Brasil conseguissem conquistar superávits comerciais em alguns anos, o caráter estruturalmente deficitário nas contas de serviços e renda tendia a preservar tais países no *ranking* das nações tomadoras de empréstimos externos. Neste sentido, cabe ressaltar a existência de uma inconsistência temporal no equilíbrio externo pautado em financiamentos sucessivos via conta capital de déficits estruturais nas transações correntes. Se, por um lado, a obtenção de capital externo em igual montante para cobrir o valor do déficit em transações correntes poderia se mostrar suficiente para equilibrar o balanço de pagamentos em um dado período, a necessidade de pagamento dos serviços da dívida contraída tendia a aumentar, por outro lado, *ceterisparibus*, o déficit na conta de serviços e rendas nos períodos subsequentes e, logo em seguida, a piorar a situação nas transações correntes. Assim sendo, elevar-se-ia no período seguinte a necessidade de novas rodadas de obtenção de crédito externo e demais entradas via conta de capitais, perpetuando o ciclo de dependência externa e aumentando a fragilidade financeira do país. Em suma, caso a capacidade de exportar da periferia não crescesse a taxas mais elevadas que a taxa de obtenção de passivos externos via conta capital, ou ainda que sua necessidade de importar não decrescesse em um ritmo maior ou igual do que o ritmo de crescimento do endividamento externo, a fragilidade externa agravar-se-ia contínua e crescentemente.

Como não se verificou desde os tempos Império até a ruptura da primeira República uma reorientação significativa na pauta de exportações brasileira e, ainda, tendo em vista que o crescimento da renda interna pressionava sensivelmente a necessidade de importar para níveis mais elevados, durante um longo período o país foi condenado a se comprometer com as

recomendações dos credores externos e com o ajuste amargo às crises conjunturais do padrão ouro-libra. O compromisso com os credores se pautava na condução ortodoxa da política macroeconômica, seja em tempos de expansão, visando à estabilidade das taxas de câmbio e, por conseguinte, dos valores esperados dos ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, seja em tempos de crise, quando o ajuste recessivo transmitia a mensagem de “bom comportamento” frente ao mercado financeiro global, habilitando aqueles que assim se portassem à participação de novas rodadas de (re)financiamento de débitos externos.

Há de ser dito que o câmbio fixo, mesmo em situações de expansão da economia e finanças globais, reduzia demasiadamente os graus de liberdade da política monetária, haja vista que as variações da base monetária – e indiretamente do crédito doméstico – estavam condenadas a seguir de perto a variação das reservas internacionais, ajustando as contas externas e conferindo estabilidade à taxa de intercâmbio. Contudo, não havia qualquer garantia que a entrada de recursos externos – que determinava, em grande medida, a disponibilidade de crédito doméstico –, ocorresse a uma velocidade condizente com as necessidades e desejos por novas inversões no mercado nacional. O quadro é mais desolador quando se lembra, conforme alertou Prado (2003), que o sistema de crédito nacional era marcado pela baixa elasticidade e pela escassez de numerário, pelo menos desde o último quarto do século XIX.

Por outro lado, nos momentos de crises – quando impulsionados por medidas restritivas nos países centrais, como a elevação da taxa de juros visando atrair capitais de curto prazo –, o fluxo de capitais direcionados aos países endividados se contraía sensivelmente, não sendo incomum serem acompanhadas por uma redução no preço das commodities. Em muitos casos, a combinação destes fatores conduzia a periferia a uma onda de insolvência. (BASTOS, 2008). O autor ainda atenta para o fato de que as crises do padrão ouro-libra tendiam a ser muito mais severas nos países periféricos por três motivos: (a) em função da tendência a mais acentuada à queda no preço das commodities em relação ao preço dos bens manufaturados, piorando a relação de troca entre centro e periferia; (b) em razão da situação credora dos países centrais, que em momentos de crise possuíam débitos a receber, e não a pagar, e (c) em virtude da fuga de capitais de curto prazo seguirem sempre em direção de praças financeiras mais seguras, em detrimento das tidas inicialmente como mais rentáveis. Neste sentido, a contração do crédito na periferia tendia a gerar uma trajetória deflacionista na economia muito mais acentuada do que as apresentadas pelas nações industriais. Em suma, em um contexto onde se combinavam – e combatiam ortodoxamente – crises financeiras e crises no balanço de pagamento, a retração no produto, a deflação de ativos e a desvalorização cambial eram inevitáveis – especialmente nas nações com moeda inconvertível.

No Brasil, a desvalorização cambial no contexto de crise conjuntural global gerava um esforço hercúleo do governo para manter as contas públicas equilibradas ou superavitárias. Tendo em vista que a principal fonte de receita tributária do governo federal era o imposto sobre as importações, a retração no volume de comércio internacional em virtude da crise reduzia sensivelmente a arrecadação, enquanto a desvalorização cambial pressionava duplamente as contas públicas: pelo lado do gasto, com o encarecimento da dívida externa pública, e pelo lado da receita, com o encarecimento das importações, que tendia a reduzir o quantum importado.

Não somente a crise, mas também o receituário ortodoxo de combate à mesma deixavam um gosto bastante amargo nos países (sobretudo os periféricos) que buscassem sua superação. O imperativo da valorização cambial, que atendia tanto aos desejos dos credores externos, quanto à necessidade de reduzir o peso da dívida pública contraída em moeda estrangeira, era perseguido pela condução contracionista nas políticas monetária e fiscal. No caso da política fiscal, o corte de gastos servia à necessidade de equilibrar as contas externas, via retração do produto, para o posterior pagamento do serviço da dívida. Já no caso da política monetária, a contração da base buscava deflacionar os ativos e bens com o fito de valorizar a moeda doméstica frente ao ouro e à libra. Em suma, ambas as políticas visavam à retração da demanda efetiva para atingir o equilíbrio no balanço de pagamentos.

O evidente caráter pró-cíclico do ajuste econômico no padrão ouro-libra tornou o receituário de enfrentamento de crises demasiado impopular no Brasil. A contração no valor dos ativos domésticos, a retração no nível da renda interna, além da baixa elasticidade do sistema creditício brasileiro – haja vista a ligação umbilical que este tinha com os recursos externos – colocavam barreiras quase intransponíveis ao empresariado nacional, dificuldades que, nos tempos do Império, se somavam ainda à baixa integração dos mercados regionais do país e às adversidades do modelo de produção escravista. Em termos gerais, os efeitos distributivos da inserção na economia internacional sob o padrão ouro-libra eram extremamente perversos aos grupos que dependiam da sustentação da renda nacional, e comumente os jogava à própria sorte contra falências iminentes.¹³

Apesar da elevada impopularidade do modelo de ajuste ortodoxo a crises conjunturais da economia global, dentro do próprio sistema de poder imperial existia um mecanismo que permitia suplantar os reclames e impor medidas recessivas à sociedade; o poder moderador, “capaz de

13 Os riscos de falência tendem a se elevar consideravelmente em ambientes deflacionários, principalmente quando tal situação no nível de preço sucede um período de expansão da capacidade produtiva das firmas, financiadas por endividamento. A onda de falências tende a ocorrer porque, ao tomar emprestado um determinado montante, o empresário projeta sua capacidade de amortizar a dívida contraída de acordo com um preço esperado pelo seu produto. Contudo, quando os seus preços caem, sua capacidade de pagamento costuma seguir no mesmo sentido, com o agravante do fato de que no padrão ouro-libra os períodos de deflação geralmente ocorriam concomitantemente aos períodos recessivos, ou seja, de queda da demanda efetiva.

substituir gabinetes e formar maiorias parlamentares situacionistas esmagadoras” (BASTOS, 2008; pp.193). Ao extinguir tal mecanismo concentrador de poder, a República precisou costurar novos pactos políticos capazes de sustentar a adoção das medidas necessárias à obtenção sucessiva de refinanciamentos externos. Surgia assim, a “Política dos Governadores”, que conferia apoio dos parlamentares à adoção de medidas econômicas impopulares, em troca do apoio federal a questões estaduais. (*Ibid*, 2008) Coincidência ou não, foi no mandato de Campos Salles que Joaquim Murinho logrou êxito ao restaurar o crédito internacional do país, em troca do compromisso em adotar as recomendações ortodoxas dos credores externos.

Se os setores dependentes da sustentação da renda interna figuravam no *hall* dos perdedores na ocasião de um ajuste ortodoxo, os credores externos – esses, por motivos (óbvios) já citados – e o setor cafeeiro tendiam, se não a melhorar, pelo menos a ver piorar sua situação em ritmo mais lento em relação ao primeiro grupo. Às vezes parece contra-intuitivo que o setor cafeeiro altamente dependente das exportações pudesse apoiar medidas que preconizavam, dentre uma série de outras, a valorização cambial. Os ganhos da oligarquia cafeeira com o apoio ao padrão ouro, porém, podem ser explicados por uma multiplicidade de fatores. Primeiramente, se, por um lado, a valorização cambial piorava a situação dos cafeicultores, por outro, o amplo domínio brasileiro na oferta mundial de café, que a partir do Convênio de Taubaté passou a resultar no uso institucionalizado de práticas monopolísticas, se materializava sob a forma de políticas para a conservação da renda do setor. Neste sentido, um grande facilitador destas práticas foi, tal qual reconhece Furtado (1959), a inelasticidade preço da demanda por café, que permitia a o repasse de elevações no custo de produção, de valorizações cambiais, dentre outros ao preço final do produto. Há de se dizer, ainda, que foi sob – e, em consequência da – tutela do padrão ouro-libra que o café conquistou sua hegemonia econômica, graças ao crescimento do comércio internacional e à intensificação do fluxo financeiro global permitidos por este regime. (FRIEDEN, 2006). No tocante a este segundo aspecto, Furtado (1959) chama a atenção do papel dos empréstimos externos para sustentar as políticas de intervenção no mercado do grão, com vistas à manutenção de seus preços e de sua lucratividade em níveis elevados antes de 1930. Por fim, é importante ressaltar que a política dos governadores criou um mecanismo direto de transmissão de poder econômico para poder político, do qual o setor cafeeiro obviamente gozou.

A quebra do Pacto dos Governadores que sustentou a adoção de medidas ortodoxas impopulares à maior parte da população durante cerca de trinta anos e concentrou o poder político e econômico principalmente na mão das oligarquias paulista e mineira não ocorreu do dia pra noite na ocasião da revolução de 1930. De fato, o descontentamento com as regras do jogo do padrão ouro-libra em consequência de seus efeitos distributivos precedem a criação da própria

“Política do Café com Leite”. Contudo, a intensificação da insurreição de conflitos federativos deveu-se, dentre outros fatores, ao próprio desencadeamento dos efeitos da atividade cafeeira sobre a renda interna e sobre o grau de integração dos mercados regionais¹⁴, que fez crescer a importância dos complexos econômicos voltados para o atendimento da procura doméstica, de modo que os setores dependentes da sustentação da renda interna passaram a reclamar para si políticas semelhantes de auxílio voltados aos seus produtos. (BASTOS, 2008).

Sendo assim, na década de 1920 não era só o estado de São Paulo que requisitava a criação de um instituto federal de defesa do setor cafeeiro, mas outras oligarquias agrícolas também se fizeram ouvir e materializaram suas demandas em um projeto de lei para criação de institutos federais de defesa de seus produtos. A ideia era contar com recursos de emissões do Banco do Brasil, nos moldes do que havia sido feito na Primeira Guerra Mundial, quando os recursos externos se esgotaram. Porém, em virtude da crise cambial e das finanças públicas – que dado o regime tributário brasileiro da época tendiam a ocorrer juntas – foi rejeitado o projeto de lei que tramitava no congresso para criação destes institutos. Em resposta à negativa do Congresso Nacional, São Paulo trouxe para si a responsabilidade de criar seu próprio instituto de defesa do café, lançando mão de seu poder político e econômico para alavancar recursos externos, utilizando-os inclusive para criação do Banco do Estado de São Paulo (Banespa).

Os fatos ocorridos na década de 1920 serviram para evidenciar dois fatores de extrema importância para o rumo da história política e econômica do país: a demanda crescente por apoio a outras culturas agrícolas, que viria a ser internalizada na plataforma do governo revolucionário através do discurso de apoio à policultura; e o ressentimento também crescente com a monocultura cafeeira ante a impossibilidade dos demais estados¹⁵ de seguirem o mesmo rumo autônomo adotado por São Paulo. Ao final da década, este último fator, conjugado com a recusa de Washington Luís em utilizar déficits públicos e o crédito doméstico para socorrer algumas das oligarquias regionais em dificuldades financeiras, bem como a sua tentativa de impor Júlio Prestes à sucessão presidencial, esgarçaram por completo o tecido político da Primeira República¹⁶.

14 Para mais informações sobre as questões regionais, ver Cano (1975).

15 Dadas as características do mercado internacional do café em comparação com os respectivos mercados dos demais produtos brasileiros de exportação.

16 Vale lembrar que uma das principais reivindicações dos grupos que compuseram o movimento revolucionário de 1930 era justamente que o voto se tornasse secreto, visando a moralização do processo eleitoral e o fortalecimento da Democracia. A participação política na Primeira República era ínfima, não só porque parcela diminuta da população estava apta a votar, como também pelo fato de que o voto não era obrigatório, segundo as leis eleitorais. Paradoxalmente, porém, havia uma vida política relativamente ativa no país, especialmente nas regiões urbanas. Vale citar passagem de Mattos (2011; p.100): “Apesar da baixa participação eleitoral da capital nas eleições de 1894 (num eleitorado potencial de 110 mil pessoas, votaram 7.857 eleitores), a politização nas ruas do Rio em torno de uma agenda social ligada aos interesses das camadas populares, difusamente de inspiração positivista, foi parte integrante do contexto da primeira década republicana”. À medida que avançava a urbanização, esse pleitos, difusamente ou não, também se materializavam. Basta lembrar, por exemplo, que, na campanha pela presidência em 1919, Rui Barbosa propôs ativamente a adoção de uma legislação operária (Mattos, 2011). Nos anos 20, avolumam-se as revoltas civis e também as militares, de tal forma que a Revolta do Forte de Copacabana (5 de julho de 1922) e, principalmente, a Coluna Prestes

Para entender os impactos da Revolução de 1930 no rumo político e econômico da história brasileira, mais do que reconhecer a importância dos fatos ocorridos na década de 1920, é preciso ter em mente que a ideologia deste movimento não nasceu acabada. (FONSECA, 2003). A própria particularidade da formação política de seus líderes influenciou pesadamente os rumos da revolução:

Seja como forem suas convicções doutrinárias, entretanto, Vargas, Whitaker e Aranha não eram professores ou teóricos, eram políticos envolvidos com a gestão de políticas econômicas em um contexto restritivo. Sendo assim, mais do que enfatizar as restrições ideológicas e doutrinárias que herdaram de seu passado como políticos da República Velha, é preciso identificar tanto aquilo que os obrigava a não implementarem sempre as políticas ortodoxas que viam ainda como desejáveis em circunstâncias ideais, como aquilo que os disciplinava, se não o suficiente para que conseguissem implementar políticas ortodoxas em um cenário em que elas seriam desastrosas, pelo menos para manter as aparências. (Bastos, 2001; pp. 170).

Neste sentido, não parece correto afirmar que a Revolução de 1930 tenha surgido com um programa heterodoxo no instante de sua consagração. É sabido pelos discursos e pela vida política de Vargas que suas convicções estavam, em certa medida - em função de sua proximidade e simpatia com a ideologia positivista -, próximas da ortodoxia¹⁷. Não foram poucos os discursos em favor do equilíbrio fiscal e alertando dos riscos do uso expansivo da política monetária como fonte de inflação. Na realidade, em defesa dos interesses da oligarquia gaúcha, Getúlio por vezes se mostrou contrário ao uso de emissões, com receio de que a inflação pudesse corroer a renda interna do país e prejudicar a economia rio-grandense, cuja oferta se direcionava majoritariamente à procura doméstica.

O que parece mais correto de se afirmar, entretanto, é que os aspectos da heterodoxia de Vargas acabariam se sobressaindo sobre os aspectos ortodoxos de seu pensamento, diante da realidade expressa pela crise. No plano nacional cresciam as demandas de diversos setores, agrários e industriais, ligados à necessidade de sustentação da renda interna e de expansão creditícia. Ciente dos reclames, Vargas discursou em respeito à urgência de se reformar o Banco do Brasil com a finalidade de torná-lo:

[...]um propulsor do desenvolvimento geral, auxiliando, nesse caráter, a agricultura, amparando o comércio, fazendo redescontos, liderando, em suma, todo o sistema bancário, no sentido do contínuo engrandecimento do país. Atingir-se-á esse objetivo mediante a criação de carteiras especiais para o comércio, para a agricultura, para as indústrias etc. Além do café, outros produtos estão a reclamar produção e defesa. Entendo que o problema só terá solução quando for criada no Banco do Brasil uma carteira agrícola. Esta deverá atender às necessidades do produtor, isto é, facilitar-lhe os recursos necessários tanto para o

(iniciada em 1924 e que durou 3 anos) foram eventos precursores de movimentos que depois se reuniram em torno do que se chamaria de Tenentismo, com diversos participantes dos mesmos tendo tido participação ativa no suporte da Revolução de 1930, que levou Vargas ao poder. Embora seja simplificador descrever apenas por números as características do processo eleitoral e funcionamento da política da Primeira República, não é demais sublinhar, por exemplo, que na eleição de 1906, que levaria Afonso Pena à Presidência da República, apenas o equivalente a 1,4% da população total votou, percentual que subiu para apenas 5,7% da população total quando foi eleito Júlio Prestes, em 1930.

¹⁷ Embora, como vimos, mais no discurso do que na prática.

desenvolvimento da produção quanto para o aperfeiçoamento da produção... O que aí se preconiza em relação ao açúcar, tem aplicação plena quanto ao algodão, aos cereais em geral, a erva-mate, ao cacau etc. É o que se tem feito, no meu Estado, com o charque, com o arroz, a banha e o vinho... No Rio Grande, o governo intervém junto aos produtores, apenas, com o adiantamento do numerário, garantido pela produção, e com a fiscalização[...]. (Vargas, 1938, pp.55 *apud* Bastos, 2008, pp.201).

É notável, neste contexto, o papel desempenhado pela crise de 1929. A crise que se instalou naquele ano e assolou a economia global durante a década seguinte não representava uma simples crise conjuntural do padrão monetário internacional. Tratava-se, na ocasião, de uma crise estrutural do próprio padrão ouro-libra, e não uma crise econômica onde a inserção dos países na economia global se submetia à tutela do mesmo. Ruía com a crise o modelo que dividia o mundo entre países credores (industriais) e países tomadores de empréstimos (exportadores de produtos agrícolas). O comércio se contraía em ritmo acelerado, fechando os países em pequenos blocos. Enxugava-se a liquidez externa. Na medida em que tais transformações avançavam, os credores externos perdiam a capacidade de impor condições aos países endividados e passavam a se contentar com a já reduzida capacidade de sugerir medidas ao conjunto destes países. Desacreditava-se o liberalismo ao redor do mundo, na sua dimensão política e econômica¹⁸. A ausência de teorias que pudessem fornecer respostas diferentes, apropriadas ao cenário de profunda desestruturação da ordem econômica global, conduziu os países, endividados ou não, a uma rica fase de experimentação, da qual o próprio governo provisório brasileiro se utilizou.

3. Evidências de uma Reorientação Produtiva Heterodoxa e Consciente

A reorientação produtiva pela qual passou a economia brasileira na década que se segue à crise de 1929 deve ser entendida como reflexo tanto do novo arco de alianças políticas que sustentaram a Revolução de 1930, quanto da desestruturação da economia global. Conforme demonstrou Furtado em sua análise seminal, tais fatos criaram as condições para que a política econômica lançada no pós-crise de 1929, como resposta às restrições externa e à nova configuração política interna, acabasse moldando as transformações produtivas que caracterizariam a economia dos anos 30.

Enquanto o primeiro fenômeno evidenciava a necessidade de atender novas demandas em função dos novos pactos políticos de sustentação do poder, o segundo relaxava as restrições externas – no plano político/ideológico, mas não no econômico – à condução do ajuste às crises, dado o enfraquecimento do poder disciplinador dos credores internacionais. É bem verdade que no conjunto destas mudanças havia sim um comportamento reativo de Vargas e sua equipe

¹⁸ Exemplos mais conhecidos de rompimento com o Liberalismo são o New Deal norte-americano e a política econômica implementada pelo regime nazista – ambos, evidentemente, atendendo a princípios e ideologias bastante diferentes.

econômica, principalmente ao perceber a crise global como uma janela de oportunidade para a condução da política econômica de forma heterodoxa, que seria executada, conforme postulamos neste artigo, de forma intencional.

Na condução da política monetária, o primeiro indício de consciência decisória é dado pelo discurso de Vargas citado acima em defesa da reforma do Banco do Brasil em favor do uso do crédito público doméstico para fomentar diversas atividades agrícolas e industriais. Destaca-se, ainda, a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil no ano de 1937. Estes dois fatos evidenciam tanto o caráter heterodoxo na condução da política monetária e creditícia, quanto o compromisso assumido por Vargas com outros setores produtivos da sociedade que não os representados pela oligarquia paulista, bem como a intencionalidade dos governantes em promover industrialização no país.

Em termos numéricos, segundo sugerem os dados referentes aos agregados monetários, a política monetária e creditícia do país entrou em uma trajetória claramente expansionista, tendo o papel moeda emitido e os meios de pagamento crescido de forma célere entre os anos de 1930 e 1939, com exceção para os anos de 1930 e 1933. Em relação à forte contração no ano de 1930, duas considerações merecem ser feitas: primeiro, dada a forte deflação observada, as contrações reais no papel moeda emitido e nos meios de pagamento foram menores do que supõem as alterações nominais nestas variáveis; além disso, não parece correto atribuir tal retração a Vargas, haja vista que este assume o poder somente em novembro daquele ano. Em relação ao ano de 1933, para obter recursos não orçamentários o *“Tesouro sacou sobre os depósitos do Banco do Brasil correspondentes aos atrasados comerciais não transferidos e aos pagamentos não efetuados relativos à dívida externa”*, não tendo sido necessário, portanto, a utilização intensiva das emissões monetárias. (FRANCO, 1985, pp. 413). Por fim, o autor ainda chama a atenção do uso das “emissões encobertas sob a forma de transferências bancárias fora do orçamento” direcionadas ao desconto de letras do Conselho Nacional do Café.

Tendo sido expostas as considerações acerca das retrações do papel moeda emitido (PME) para os anos de 1930 e 1933, convém explicar também os anos em que a emissão de papel moeda se expandiu em ritmo mais lento do que a variação no nível de preços, sendo eles: 1934, 1936 e 1938. A variação real negativa no papel moeda emitido poderia sugerir que a condução da política monetária nesses anos tenha seguido um caráter ortodoxo. Entretanto, no ano de 1934, se por um lado não houve variação real positiva em PME, por outro, o Governo implementou uma forte redução dos caixas das autoridades monetárias, reduzindo o entesouramento no setor bancário da economia e transferindo recursos para o setor não bancário, de modo que o efeito final sobre os meios de pagamentos foi positivo em termos reais, conforme mostra a tabela 1. O mesmo tipo de

política foi praticado em 1936; contudo, em virtude da alta taxa de inflação verificada naquele ano, não é possível afirmar que a política monetária seguiu uma trajetória de expansão real, muito embora o papel moeda emitido e os meios de pagamento tenham se expandido em 12,13% e 11,33%, respectivamente, no referido ano. Ante as taxas de expansão nominal apresentadas por essas variáveis, torna-se no mínimo problemática a aceitação de que a política monetária tenha seguido orientações (ortodoxas) outras, que não aquelas voltadas à superação da crise, à consolidação dos novos pactos políticos e ao fomento da reorientação da estrutura produtiva brasileira, ambas referendadas pela expansão do crédito doméstico.

Tabela 1: Taxa de Crescimento dos Agregados Monetários, Inflação e Multiplicador Monetário

| Ano | Papel Moeda Emitido | Papel Moeda em Poder do Público | Caixa nas Autoridades Monetárias | Caixa nos Bancos Comerciais | Depósitos à Vista | Meios de Pagamento (M1) | Inflação | Multiplicador Monetário |
|------|---------------------|---------------------------------|----------------------------------|-----------------------------|-------------------|-------------------------|----------|-------------------------|
| 1930 | -16,20% | -8,33% | -53,19% | -1,04% | -18,61% | -14,69% | -8,99% | 1,75 |
| 1931 | 3,51% | 3,64% | -13,62% | 12,74% | 24,68% | 16,06% | -3,70% | 1,97 |
| 1932 | 9,95% | 9,36% | 64,16% | -11,61% | 21,97% | 17,35% | 0,43% | 2,24 |
| 1933 | -6,21% | 0,27% | -17,25% | -22,42% | -1,85% | -1,13% | -0,85% | 2,32 |
| 1934 | 3,95% | 7,54% | -17,68% | 4,51% | 15,70% | 12,88% | 7,73% | 2,61 |
| 1935 | 14,41% | 19,73% | -11,22% | 4,32% | -1,88% | 5,24% | 5,58% | 2,58 |
| 1936 | 12,13% | 15,32% | -23,83% | 13,87% | 8,93% | 11,33% | 14,72% | 2,74 |
| 1937 | 12,35% | 5,99% | 89,10% | 20,91% | 14,30% | 11,07% | 4,61% | 2,76 |
| 1938 | 6,04% | 2,67% | 38,85% | 4,06% | 32,55% | 21,48% | 7,23% | 3,29 |
| 1939 | 3,03% | 7,68% | -34,66% | 9,10% | -9,64% | -4,22% | 2,64% | 3,20 |

Fonte: Elaboração própria segundo os dados fornecidos pelo IPEADATA e IBGE.

Em relação ao ano de 1938, mais uma vez diante de uma elevada taxa de expansão do PME (na ordem de 6,04%), a política monetária teve um caráter contracionista em termos reais. Somado a este fato, o Governo não estimulou ou se utilizou de forma compensatória do caixa nas autoridades monetárias como intermédio para impactar positivamente os meios de pagamento da economia, tal qual fizera nos anos anteriores. Ao contrário, praticou uma forte expansão dos recursos contidos em caixa, de modo que o impacto positivo sobre o M1 deve ser explicado pela elevação considerável nos depósitos à vista. Há de ser dito que esta constatação não sustenta a hipótese de que a política macroeconômica foi conduzida de forma ortodoxa, pois o que ocorre no ano de 1938 é simplesmente uma alteração substancial na fonte de financiamento dos déficits públicos, reduzindo o recurso a emissões monetárias, de um lado, e elevando a emissão de títulos, do outro. A tabela 2, a seguir, parece ratificar esta hipótese, uma vez que é justamente no ano de 1938 que a emissão de títulos atinge seu valor mais expressivo no período em questão.

Outro indício relevante da condução anticíclica da política macroeconômica na década se apoia na elevação do crédito doméstico, fenômeno este capturado pelo aumento do multiplicador bancário da economia brasileira no período. Em 1930, o valor do multiplicador era inferior a 1,75, de modo que variações unitárias na base monetária geravam menos de 1,75 unidades nos meios de pagamento. Em 1934, o valor atinge a expressiva marca de 2,61, atingindo o seu pico em 1938

com o valor de 3,29, para posteriormente recuar ao valor de 3,20. Chama a atenção o fato de que durante o Governo Provisório – fase em que se concentrou a crise internacional – o valor do multiplicador se elevou em cerca de 49,2%, estando, portanto, de acordo com a visão de Vargas em relação à expansão do crédito externo como meio para superar os efeitos negativos da crise sobre o nível de renda da economia, como também para redirecionar a estrutura produtiva do país na direção da industrialização.

Tabela 2. Variação de Caixa do Tesouro – (em mil contos de réis)

| | 1928 | 1929 | 1930 | 1931 | 1932 | 1933 | 1934 | 1935 | 1936 | 1937 | 1938 |
|------------------------------------|------|------|-------|------|-------|------|------|------|------|-------|-------|
| Resultado Operacional | | | | | | | | | | | |
| Receita | 2215 | 2399 | 1677 | 1753 | 1695 | 2604 | 1971 | 2723 | 3127 | 3462 | 3880 |
| Despesa | 2028 | 2224 | 2465 | 2176 | 2875 | 3343 | 2099 | 2872 | 3226 | 4143 | 4785 |
| Outros | -51 | -188 | -326 | -5 | -357 | -162 | -42 | -42 | -20 | 90 | -234 |
| Transferências a Bancos | - | - | - | - | - | - | 161 | -464 | 362 | -573 | -272 |
| Resultado | 137 | -12 | -1114 | -428 | -1537 | -901 | -9 | -655 | -481 | -1164 | -1355 |
| Financiamento | | | | | | | | | | | |
| Variação na Caixa | 583 | 89 | 257 | 43 | 334 | -28 | 8 | 25 | -2 | - | -3 |
| Títulos | -720 | -40 | 263 | 167 | 436 | -18 | -63 | 172 | 25 | 459 | 1016 |
| Papel-Moeda | - | - | 592 | - | 398 | -64 | - | -45 | 268 | 662 | 348 |
| Depósitos da Dívida Externa | - | - | - | - | 370 | 1011 | -36 | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | 219 | - | - | 100 | 500 | 109 | 43 | - |
| Resultado Segundo o Anuário | -133 | -221 | -832 | -294 | -1109 | -313 | -530 | -149 | -98 | -681 | -855 |

Fonte: Franco (1985)

Já no tocante à política fiscal, o período de práticas expansionistas deliberadas parece só ter surgido a partir do ano de 1933. De fato, após este ano os déficits passaram a ser planejados, e não mais frutos de subestimação de receitas orçamentárias, como fica evidente na Tabela 3, abaixo. Se, por um lado, a prática de déficits durante todo o período evidencia o caráter anticíclico da política fiscal, os déficits planejados após o ano de 1933 parecem apontar para a consciência da equipe do governo de que, dada a situação da economia global, era mais oportuno atender as demandas dos setores industriais e agrícolas pela sustentação da renda interna, do que se comprometer com os ajustes pró-cíclicos ortodoxos que atendiam às recomendações dos credores externos¹⁹. Ou seja, a necessidade de legitimação política de um governo que acabara de ascender ao poder se materializou sob a forma de incorporação do discurso da defesa da policultura e da indústria nacional, pressionando (a contragosto dos credores) a necessidade de gastos para níveis mais elevados²⁰. Ainda em relação aos déficits públicos praticados na década de 1930, Franco

20 O dado de 1932 é atípico, em virtude das necessidades de incorrer em gastos extraordinários, tanto para enfrentar a revolta paulista como também para socorrer a especialmente severa seca nordestina daquele ano.

20 Deve-se ressaltar, porém, que ao optar pela sustentação da renda interna, Vargas não rompia com o setor cafeeiro, pois a única possibilidade a curto prazo de sustentação do nível doméstico de atividades se dava justamente através da defesa da renda deste último setor. Tal qual revela Vargas em seu discurso em 1931:

Economicamente, o país caíra em verdadeiro colapso. A retenção prolongada do café nos reguladores paulistas obstruía literalmente os mercados nacionais, impedindo os lavradores de vender, ou sequer, de caucionar o que produziam. Em consequência, cessaram eles os seus pagamentos aos próprios colonos, e, por tal motivo, os comerciantes do interior, privados de receber o que já tinham adiantado, colocaram os atacadistas em dificuldades extremas, que se

(1985) fornece uma metodologia distinta de cálculo, considerando outras formas de receita e despesa. Ao assim fazê-lo, o autor chega a resultados para o déficit público geralmente bem superiores (conforme a tabela 3) do que aqueles apresentados pelo Anuário Estatístico 1939/40 do IBGE. Entre os anos de 1930 a 1933, tal metodologia constatou déficits em média 56% maiores quando comparados ao “*Anuário*”, enquanto entre 1935 e 1938 os déficits observados foram cerca de 83% maiores comparados ao mesmo documento, vide tabela 2.

Tabela 3. Execução Orçamentária do Governo Federal

| Anos | Orçamento | | | Execução Orçamentária | | |
|------|-----------|---------|-------|-----------------------|---------|-------|
| | Receita | Despesa | Saldo | Receita | Despesa | Saldo |
| 1930 | 2365 | 3020 | -655 | 1674 | 2510 | -836 |
| 1931 | 2670 | 2452 | 218 | 1752 | 2046 | -294 |
| 1932 | 2242 | 2217 | 25 | 1695 | 2859 | -1164 |
| 1933 | 2125 | 2101 | 24 | 2096 | 3292 | -296 |
| 1934 | 2086 | 2355 | -269 | 2518 | 3050 | -532 |
| 1935 | 2169 | 2691 | -522 | 2723 | 2872 | -149 |
| 1936 | 2537 | 2893 | -356 | 3127 | 3226 | -99 |
| 1937 | 3218 | 3726 | -508 | 3462 | 4143 | -681 |
| 1938 | 3824 | 3875 | -51 | 3880 | 4735 | -855 |
| 1939 | 4070 | 4065 | -5 | 4297 | 4850 | -533 |

Fonte: Villela e Suzigan (1973)

Diante do exposto, torna-se evidente a diferença entre o ritmo de abandono da ortodoxia na política fiscal e na monetária. Vargas parece ter percebido muito antes a necessidade de expansão do crédito como política anticíclica. Neste sentido, a própria experiência exitosa de Getúlio com a criação do BERGS (ocorrida em 1928, quando ele era governador do estado do Rio Grande do Sul) forneceu um rico roteiro de ações a ser seguido. No que concerne à política fiscal, o rompimento deliberado com a ortodoxia só parece ter ocorrido após 1933, tendo sido igualmente fruto da experimentação prática. Neste sentido, a aversão de Getúlio à inflação parece arrefecer com a necessidade de sustentar a renda interna e com a constatação de que os déficits observados desde o início de seu governo, notadamente aquele constatado para o ano de 1932, não geravam pressões inflacionárias nos níveis que se supunha (pelo contrário, a economia vivia um período de deflação, diante do cenário grave deflagrado pela crise).

Não foram apenas a adoção de políticas monetárias, creditícias e fiscais expansionistas que forneceram evidências de que a necessidade de costurar novos pactos de sustentação de poder se sobrepuseram às antigas recomendações ortodoxas dos credores internacionais. Tampouco, a consciência decisória acerca das transformações estruturais da economia brasileira se sustentam somente na identificação de déficits públicos planejados a serem financiados, dentre outras fontes,

refletiam, por seu turno, nas indústrias, paralisando o respectivo movimento... A urgência de restabelecer o ritmo de nossa vida econômica determinou a providência da compra dos stocks [...]. (apud Corsi, 1997; pp. 38–39).

via emissão monetária. Na realidade, a partir da década de 1930, diversas instituições foram criadas, modificando a relação entre Estado e economia, e, sobretudo, alterando a relação das classes cujos interesses encontravam-se contemplados nas ações do novo Governo.

A identificação das instituições criadas no período fornece um rico argumento em favor da intencionalidade do governo acerca das alterações econômicas (principalmente na reorientação produtiva), sociais e políticas. No plano da economia, destacam-se a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, o Conselho Técnico de Economia e Finanças, ambos de 1937, a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, na primeira metade da década de 1940 e, ainda, a criação de Institutos Federais orientados para defesa de diversos produtos agrícolas. No plano social e político, a criação de leis trabalhistas e construção de um sistema de bem-estar embrionário e corporativo podem ser enxergadas como medidas que dão indício de uma responsabilização do Estado brasileiro no processo de avanço industrial. (FONSECA, 2003).

Em suma, diante do exposto acima, torna-se insustentável a aceitação do argumento segundo o qual o processo de reorientação produtiva ocorrido a partir de 1930 deveria ser entendido simplesmente como um subproduto não-intencional da política de sustentação da renda cafeeira, tal qual argumenta Furtado (1959). Menos ainda é possível validar a tese de Peláez (1971) de que o suposto (por ele) apego dos governantes à ortodoxia teria obstaculizado a recuperação da economia brasileira naquele período. Pelo contrário, as políticas monetária, fiscal e creditícia no período foram ativamente utilizadas para a superação dos efeitos da crise econômica mundial sobre a economia brasileira, bem como para a sustentação de novos pactos políticos firmados pelo Governo. Os efeitos econômicos são claros: a partir de 1932, as políticas monetária, fiscal e creditícia anticíclicas já haviam recuperado as taxas de crescimento da economia, de modo que o PIB passara a crescer a uma taxa média anual de 6,1% entre 1932 e 1939; além disso, somada a criação de um diverso aparato institucional para o fomento da indústria, o PIB industrial, após uma forte contração em 1930, retorna a trajetória de crescimento no ano seguinte, passando, posteriormente, a crescer a uma taxa média anual superior a 10% entre 1934 a 1939²¹.

4. Conclusão

Embora Furtado (1959) tenha acertado ao chamar a atenção para a importância dos gastos com o programa de defesa do café para a rápida recuperação do nível de atividade da economia brasileira, e ainda, ao atentar para relevância destes gastos, que, em conjunto com a desvalorização cambial, deslocaram o centro dinâmico da economia nacional na direção do mercado interno, o próprio parece ter se equivocado ao caracterizar tal reorientação da estrutura produtiva (em favor

21 Dados disponíveis em <http://www.ipeadata.gov.br>

da primazia do mercado interno – e não mais do setor exportador -bna dinâmica de acumulação capitalista) como a parcela não prevista do conjunto de políticas acima e, ainda, ao desconsiderar os impostos como uma das fontes financiadoras da política fiscal na época, tal qual supôs Peláez (1971).

Em relação à importância da mudança no contexto externo para a superação da crise, é incontestável que a desestruturação da economia global depositou sobre os governos nacionais uma boa dose de autonomia decisória, principalmente após o abandono da Inglaterra no padrão ouro-libra no ano de 1931. O cataclismo da economia e das finanças globais enfraqueceu o poder mandatório dos centros financeiros internacionais sobre os rumos políticos e econômicos da periferia endividada. Desta maneira, o capitalismo internacional, que, de uma forma geral, se via órfão de teorias econômicas capazes de fornecer respostas válidas aos seus problemas, virou um verdadeiro laboratório das ciências sociais. Isso tudo, na prática (e não apenas no Brasil), significou o progressivo questionamento político e ideológico à ortodoxia e ao Liberalismo, conforme lembrou Bastos (2010). No Brasil, a restrição externa, em sua dimensão econômica, se elevava na forma de uma crise siamesa no balanço de pagamentos e nas finanças públicas, e, em sua dimensão política, rompia com as amarras do ajuste recessivo.

No cenário interno, a Revolução de 1930 deixou clara a reorientação de forças políticas dentro do poder. O abandono da monocultura em favor da policultura e da indústria surge como fruto de novos pactos políticos a serem sustentados pelo novo governo, em troca de sua legitimidade e representatividade. Essas mudanças já vinham sendo gestadas desde pelo menos os anos 1920, marcados por significativas mudanças na estrutura produtiva brasileira e, não por mera coincidência, por um crescente número de crises e sublevações políticas em todo o território nacional.

Se, por um lado, dado um contexto externo economicamente adverso, os credores internacionais apontavam para a necessidade do governo brasileiro em cortar gastos, por outro, internamente, a descontinuidade do processo político representado pela Revolução de 1930, ao estabelecer novos pactos políticos a serem atendidos, apontava em sentido oposto. No cabo de guerra entre estas duas forças, a segunda acabou prevalecendo, de modo que durante toda a década foi possível observar a ocorrência de déficits fiscais²². Neste sentido, chamam a atenção os déficits planejados a partir de 1934, que sugerem o rompimento prático definitivo dos representantes do governo com as concepções ortodoxas.

²² Vale destacar que, ao mesmo tempo, a economia brasileira pós-1930 não foi marcada por um descontrole da inflação depois que a recuperação produtiva havia se materializado; além disso – e mais importante –, o crescimento do PIB per capita dos anos 30 foram bastante superiores ao que havia caracterizado o período da Primeira República, conforme bem alertaram Franco e Lago (2012).

De forma não menos importante, cabe ressaltar o papel operativo da política monetária e creditícia na recuperação da economia brasileira, enquanto fonte de financiamento para as necessidades crescentes dos gastos públicos. Não apenas o recurso à emissão foi utilizado, mas também a subtração do caixa nas autoridades monetárias, saques do Tesouro sobre depósitos do Banco do Brasil destinados ao pagamento de atrasados comerciais, além de emissões encobertas sob a forma de transferências bancárias. Chama a atenção, ainda, a consistente elevação do valor do multiplicador bancário durante a década de 1930, calculado com base em dados disponíveis dos agregados monetários brasileiros. Este fato – a elevação do multiplicador bancário, conforme demonstrado neste artigo - referenda a hipótese (presente em vários estudos clássicos sobre a política monetária e a fiscal dos anos 30) de expansão do crédito doméstico no período.

Por fim, uma breve análise do aparato institucional criado na Era Vargas fornece um argumento sólido a respeito da intencionalidade do governo em relação às transformações na estrutura econômica, política e social do país, merecendo destaque a criação, entre outros, de leis trabalhistas, de institutos de defesa agrícolas, do ministério do trabalho, de linhas de crédito voltados para a diversificação da estrutura produtiva e da produção industrial, em particular.

5. Referências Bibliográficas:

- ABREU, M. P.. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945. In: ABREU, M. P. (org.), **A Ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990.
- BASTOS, P.P.Z.; FONSECA, P.C.D (Org.). **A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- BASTOS, P.P.Z. **A dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954)**. Campinas: IE/ Unicamp (Dissertação de Doutorado), 2001.
- _____. **Ortodoxia e heterodoxia antes e durante a era Vargas: contribuições para uma economia política da gestão macroeconômica nos anos 1930**. Texto para Discussão 179. Instituto de Economia da UNICAMP, junho de 2010.
- _____. **De bom vizinho a aliado fiel: comentário sobre o alinhamento econômico e político do Brasil aos Estados Unidos nos primórdios da Guerra Fria**. Texto para Discussão 194. Instituto de Economia da UNICAMP, setembro de 2011a.
- _____. A construção do nacionalismo econômico de Vargas. In: BASTOS, P.P.Z.; FONSECA, P.C.D (Org.). **A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora UNESP, 2011b.
- _____. Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas. In: BASTOS, P.P.Z.; FONSECA, P.C.D (Org.). **A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora UNESP, 2011c.
- CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Hucitec, São Paulo, 1975. (2ª edição).
- _____. **Crise de 1929: soberania na política econômica e industrialização**. In: PRADO, L.C.D. (org.). **Desenvolvimento econômico e crise: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

CORSI, F.L. **Política Econômica e Nacionalismo no Estado Novo**. In: SZMRECSÁNYI, T. e SUZIGAN, W. (org.). *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: HUCITEC/Ed. USP, 2002.

DELFIN NETTO, A. **O Problema do café no Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

DRAIBE, S. **Rumos e Metamorfoses – Estado e Industrialização no Brasil 1930-1960**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2004.

FAUSTO, B. **Revolução de 1930: Historiografia e História**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997.

_____. **A Industrialização durante a República Velha**. (cap. II – Livro Segundo). In: _____ (org.), 2006.

FISHLOW, A. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. In Versiani, F. & Barros, J. R., (org.), **Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização**. Saraiva, São Paulo, 1972.

FONSECA, P.C.D. **A ortodoxia posta em questão: a política econômica e a percepção governamental da crise dos anos 30 no Brasil**. Ensaios FEE, 7 (1); Porto Alegre, 1986.

_____. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. **Revista de Economia Política**, 23(1):133–148; 2003.

FRANCO, G.H.B. e LAGO, L.A.C. O processo econômico / A economia da Primeira República, 1889/1930. In: SCHWARCZ, L. M. (coordenação). **História do Brasil Nação: 1808-2010. A abertura para o mundo, 1889-1930** (Volume 3); Rio de Janeiro: Ed. Objetiva; Madrid: Fundação MAPFRE, 2012.

FRANCO, G. H.B. **Uma nota sobre a política fiscal durante os anos 30**. Pesquisa e Planejamento Econômico, 15 (2). Agosto de 1985.

FRIEDEN, J.A. **Capitalismo Global**. Zahar, Rio de Janeiro, 2006.

FRITSCH, W. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: Abreu, M.P. (org.). ABREU, M. P. (org.), **A Ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

_____. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. Depoimento. In: **A Revolução de 30: Seminário Internacional (CPDOC)**. UnB, Brasília, 1980.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil de 1939/40**. Ano V, Rio de Janeiro, 1941.

MATTOS, H. A vida política. In: SCHWARCZ, L. M. (coordenação). **História do Brasil Nação: 1808-2010. A abertura para o mundo, 1889-1930** (Volume 3); Rio de Janeiro: Ed. Objetiva; Madrid: Fundação MAPFRE, 2012.

PRADO, L.C.D. A Economia Política das Reformas Econômicas da Primeira Década Republicana. **Revista Análise Econômica**. Ano 21, n.39. março 2003.

PELÁEZ, C. As consequências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889-1945. **Revista Brasileira de Economia**, 25(3):5–82; 1971.

SILBER, S. Análise da política econômica e do comportamento da economia brasileira durante o período 1929-1939. In Versiani, F. & Barros, J. R., (org.), **Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização**. São Paulo: Ed. Saraiva, 1977.

SUZIGAN, W. Industrialização e Política Econômica: uma interpretação em perspectiva histórica. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, vol. 15, n.2; 1975.

VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil**. José Olympio Editora, Rio de Janeiro. Vários volumes. 1938.

VILLELA, A. & SUZIGAN, W. **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945**. IPEA/INPES, 1973.